



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA E  
ADMINISTRATIVA CELEBRADO EM  
20.04.2017, ENTRE O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O  
MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA – CE. (PROC.  
ADMINISTRATIVO Nº 8514639-  
55.2018.8.06.0000)

AD1/CV Nº 116/2017

Por este Termo que celebram entre si o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambeba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Des. FRANCISCO GLADYSON PONTES, no uso de suas atribuições legais, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.954.605/0001-60, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito, ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA, com interveniência da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, neste ato representada pelo Ilmo. Sr. Secretário PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM, resolvem celebrar TERMO ADITIVO ao Convênio, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

O presente Termo fundamenta-se no art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Cláusula Segunda – Do Objetivo**

Constitui objetivo deste Termo prorrogar por 12 (doze) meses, a partir de 31.12.2018 até o dia 31.12.2019, o prazo do Convênio que tem por objeto a cooperação técnica e administrativa recíproca entre os partícipes, objetivando o suprimento de execução de tarefas de natureza técnica e/ou administrativa, conforme dispõem suas atribuições e competências.

**Parágrafo Único** – Havendo a carência técnica e/ou administrativa em cada entidade partícipe, para o exercício de Cargo em Comissão, no nível de Direção e Assessoramento Superior ou intermediário e para Assessoramento Parlamentar, poderão ser realizadas, no prazo de vigência desse Convênio, cessões mútuas de servidores integrantes dos quadros do Executivo Municipal e do Judiciário Estadual, com ônus para o respectivo órgão de origem, observadas as disposições do Decreto nº 13.068, de 04.01.13, publicado no DOM de 09.01.13, do Decreto nº 13.196, de 09.08.13, publicado no DOM de 13.08.13, do Decreto nº 13.436 de 11.11.2014, publicado no DOM de 12.11.14, do Decreto nº 14.165, de 09.02.2018, publicado no DOM de 16.02.2018.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Cláusula Terceira — Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original que não colidirem com as ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobreditas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 09 de Outubro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

**Philipe Theophilo Nottingham  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Testemunhas: \_\_\_\_\_